

BORIS FAUSTO

Trabalho urbano e conflito social

1890-1920

2^a edição



Copyright © 2016 by Boris Fausto
1^a edição Difel, 1976

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa
Claudia Espínola de Carvalho

Preparação
Maria Fernanda Alvares

Índice remissivo
Luciano Marchiori

Revisão
Carmen T. S. Costa
Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Fausto, Boris, 1930-.
Trabalho urbano e conflito social : 1890-1920 / Boris Fausto — 2^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2016.

ISBN 978-85-359-2790-0

1. Conflito social 2. Trabalho – Aspectos sociais 3. Trabalho – Brasil – História 4. Trabalho – Rio de Janeiro (rj) – História 5. Trabalho – São Paulo (sp) – História 6. Trabalhadores – Brasil – Atividades políticas 7. Sindicatos – Brasil – História 1. Título.

16-06072 CDD-331.880981

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Trabalho e trabalhadores : História 331.880981

[2016]
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br
facebook.com/companhiadasletras
instagram.com/companhiadasletras
twitter.com/cialetras

Sumário

<i>Apresentação à segunda edição</i>	9	
<i>Prefácio — Alegria libertária, Heloisa Maria Murgel Starling</i>	15	
<i>Introdução</i>	23	
PRIMEIRA PARTE: A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA:		
DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS	29	
SEGUNDA PARTE: A CLASSE OPERÁRIA E SEU MOVIMENTO (1890-1917)		59
1. Correntes organizatórias e seu campo de incidência	61	
2. O trabalhador urbano	126	
3. A dinâmica do movimento operário	157	
TERCEIRA PARTE: A CONJUNTURA (1917-20)		179
4. As grandes linhas	181	
5. Política e sindicato	198	

6. Duas mobilizações	218
7. Assimilação e repressão	244
Epílogo	273
<i>Notas</i>	279
<i>Fontes citadas</i>	317
<i>Apêndice</i>	324
<i>Índice remissivo</i>	345

PRIMEIRA PARTE

A formação da classe operária: determinações estruturais

A primeira etapa de formação da classe operária brasileira ocorreu a partir dos últimos anos do século XIX, ligada a um processo de transformações cujo eixo foi a expansão da economia cafeeira.

O processo é bastante conhecido e quero apenas referir-me a ele em linhas muito gerais. As necessidades da economia exportadora, baseada no café, propiciaram profundas modificações no sistema de transportes e nos serviços portuários, desde meados daquele século. À medida que a exportação assumiu proporções consideráveis, gerando um significativo excedente econômico, colocou-se o problema do escoamento da mercadoria para os portos, a baixo custo e em larga escala. Os caminhos precários, percorridos por tropas conduzidas por escravos desviados da atividade das fazendas, foram sendo substituídos pelas vias férreas, que se implantaram como um elo entre as regiões produtoras e os centros exportadores. A rede ferroviária impulsionou em um caso e deu origem em outro à expansão desses centros. O Rio de

Janeiro concentrou todo o movimento comercial da área cafeeira do vale do Paraíba, do leste fluminense e mineiro, abrangendo também a velha região canavieira do baixo Paraíba. Na província de São Paulo, a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867, representou a ruína dos pequenos portos e a consolidação de Santos como o grande porto do comércio externo da província, excluída a região do vale.¹ As docas de Santos reuniram o primeiro grupo importante de trabalhadores em todo o Estado, cujas lutas se iniciaram em fins do século e permaneceram constantes no correr dos anos.

O avanço da economia capitalista de exportação gerou assim diretamente as condições para que se constituísse um núcleo de trabalhadores no setor de serviços. Indiretamente, preencheu os requisitos para o surgimento do proletariado fabril, concentrado em algumas poucas cidades. A pequena empresa industrial, dispersa em vários pontos do país, existiu antes da afirmação do polo cafeeiro e ao lado dele, graças à proteção representada pela dificuldade de comunicação, à proximidade das fontes de matéria-prima, à existência de um pequeno mercado consumidor de bens como alimentos, bebidas, tecidos de qualidade inferior. Os trabalhadores desse tipo de indústria, espalhados em um imenso espaço geográfico, nunca tiveram condições objetivas para dar origem a um movimento operário. Eles ficariam nas fímbrias do que Antônio Barros de Castro chamou de a industrialização descentralizada do Brasil.

O deslocamento no espaço da indústria de tecidos de algodão indica a importância gradativa que o Centro-Sul passou a assumir, em confronto com outras áreas. O estado da Bahia — especialmente Salvador e arredores — foi o primeiro núcleo das atividades do ramo, de 1844 até fins da década de 1860, reunindo cinco das nove fábricas existentes no país em 1866. Em 1885, antes mesmo que na província de São Paulo a produção

industrial tivesse algum significado, observava-se a existência de maior número de empresas no Centro-Sul. Dentre 48 fábricas arroladas em todo o país, 33 se localizavam nessa região. Minas Gerais aparecia como a primeira província (treze unidades), tendo a Bahia doze, a província do Rio de Janeiro onze e a de São Paulo nove unidades.²

Por muitos anos, o Rio de Janeiro reuniria a maior concentração operária do país, sendo superado pela capital de São Paulo, em algum momento entre 1920 e 1938. A instalação no antigo Município Neutro de algumas fábricas, a partir de meados do século xix, deveu-se a um conjunto de fatores. Aí haviam se acumulado capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior. Com a decadência do vale do Paraíba, novas inversões no setor cafeeiro tornaram-se limitadas, pois não se abria, como em São Paulo, uma grande fronteira em expansão.³ Era viável contar com o financiamento dos grandes bancos, cuja sede estava localizada na capital do país, embora a destinação de recursos para fins industriais fosse encarada com reservas. O mercado de consumo tinha proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região tributária, servida pela rede de ferrovias. No que diz respeito à força de trabalho, ainda que houvesse problemas no tocante ao suprimento de trabalhadores especializados, o mesmo não ocorria com operários de baixa qualificação. Por último, ressalte-se o papel da energia a vapor, em uma época prévia à introdução da energia elétrica, sobretudo no crescimento da grande manufatura de algodão, no Rio de Janeiro e cidades próximas (Petrópolis). O emprego de água como força motriz apresentava inconvenientes derivados em grande parte do suprimento irregular. Sua substituição pela energia a vapor, cujo combustível era o carvão, tornou-se viável, graças à possibilidade de obter carvão importado sem novos ônus de transporte, o que acontecia quando o combustível se destinava ao interior.⁴

Sumariamente, foram essas as condições que permitiram o surgimento na capital do país do embrião de um proletariado de fábrica, concentrado na Gamboa e em São Cristóvão, nos subúrbios ou no fundo dos vales na antiga periferia da cidade — Gávea, Tijuca e Laranjeiras.

As manifestações iniciais da atividade industrial na província de São Paulo vinculam-se estreitamente às alterações introduzidas no interior da empresa cafeeira, a partir da extinção do tráfico externo de escravos, e à expansão urbana no interior da província. A velha fazenda de café não se distingua essencialmente do latifúndio açucareiro como núcleo gerador do desenvolvimento capitalista. Nela, apenas a produção para exportar era mercantil, e as necessidades de consumo satisfaziam-se no interior da própria empresa. Nas fazendas do vale do Paraíba, quase dois terços dos escravos não se dedicava à lavoura do café, cabendo a eles plantar gêneros alimentícios, cuidar do gado e outros animais de corte, construir casas, canalizar a água, abrir caminhos.⁵

A alta de preços dos escravos provenientes da região central do país e do Nordeste e sua posterior escassez resultou na concentração da força de trabalho escrava nas atividades mercantis, com efeitos diretos relativamente à divisão social do trabalho em toda a província. Ao mesmo tempo, esboçou-se uma substituição parcial dessa força de trabalho por máquinas, em especial no processo de beneficiamento do café.⁶ Quando na década de 1870 surgiram em São Paulo as primeiras fábricas têxteis, conjugaram-se para o surto não só os reflexos da Guerra da Secesão americana no tocante à abundância de matéria-prima, como também a ampliação do mercado. O último fator resultava do processo de crescente divisão do trabalho, das migrações internas de pessoas livres do Nordeste para São Paulo, da entrada de imigrantes.

Em meio à crise do sistema escravista, estendiam-se as relações mercantis como pré-requisito ao desenvolvimento capi-

talista. São Paulo começava a se definir como centro urbano, tornando-se gradativamente o grande mercado distribuidor de produtos e de mão de obra. Entretanto, a germinação de atividades industriais tinha ainda limites bastante evidentes. Do ponto de vista da formação da classe operária, a dispersão pesava como elemento negativo. Em 1886, havia na província doze fábricas de tecidos de algodão das quais dez estavam localizadas no interior: quatro em Itu (principal centro da região algodoeira), uma em Piracicaba, uma em Jundiaí, uma em Santa Bárbara, uma em Taatuí, uma em Sorocaba e uma em São Luís do Paraitinga. Esboçava-se porém a concentração do capital na cidade de São Paulo. As dez fábricas do interior reuniam um capital de 2950 contos e as duas paulistanas — as lendárias empresas de Diogo Antônio de Barros — somavam 1050 contos.⁷

Como se sabe, o momento decisivo em que se constituíram relações capitalistas de produção na área de São Paulo ocorreu com a liquidação final do sistema escravista e a entrada das grandes levas de imigrantes. O papel desempenhado por estes no primeiro surto de industrialização foi crucial, sob vários aspectos: pela ampliação do mercado de trabalho e de consumo; pela preferência em inverter a poupança no setor comercial e industrial, tendo em conta as dificuldades impostas ao acesso à propriedade da terra; pelo impulso dado ao crescimento da cidade de São Paulo.⁸ A ampliação do mercado de consumo rural através da substituição dos escravos pelos imigrantes assalariados é um tema aberto a controvérsias. Sem dúvida, não se pode dar a esse fator importância exagerada, considerando que o processo de incremento da divisão do trabalho era anterior à entrada das grandes levas migratórias e que os imigrantes tinham uma forte tendência a poupar. Não parece desprezível, ainda assim, o papel do imigrante na ampliação do mercado rural, vinculada à possibilidade de obter excedentes agrícolas através do plantio de

gêneros — sobretudo nos contratos de formação do café —, os quais eram vendidos nas cidades, aumentando a capacidade de consumo. Lembrando também que a força de trabalho estrangeira não veio apenas substituir a mão de obra escrava, mas representou um grande aumento do potencial de trabalho, destinado a atender aos requisitos de uma economia em plena expansão. Em 1887, havia 107 mil escravos na província de São Paulo; entre esse ano e 1900, a imigração líquida externa somou 599 426 pessoas.⁹

A partir de 1890, a cidade de São Paulo começou a crescer em ritmo acelerado. O crescimento significativo se iniciara nos anos 1872-86, quando foi de 52% (de 31 385 para 47 697 habitantes), a uma taxa geométrica anual de 3%. Nos anos 1886-90, alcançou 36% (de 47 697 para 64 934 habitantes), o que representa uma taxa geométrica anual de 8%. Mas a grande arrancada se deu entre 1890 e 1900, período em que a população paulistana passou de 64 934 habitantes para 239 820, registrando uma elevação de 268% em dez anos, a uma taxa geométrica de 14% de crescimento anual.¹⁰ Em 1890, São Paulo era a quinta cidade brasileira, abaixo de Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. No início do século, chegaria ao segundo lugar, embora ainda muito distante dos 688 mil habitantes da capital federal.

O crescimento da cidade deveu-se não só a sua consolidação como grande mercado distribuidor, mas também ao influxo da massa de imigrantes. Apesar da escassez de dados, há indícios de que imigrantes subvencionados ou não permaneceram na cidade, onde as oportunidades de ascensão eram maiores. É provável também que o fluxo rural-urbano no estado tenha ocorrido já na última década do século, logo após o fim dos primeiros contratos de formação do café. Seja como for, a afirmação da capital como centro integrador regional se deu na medida em que as relações capitalistas de produção se estenderam, intensificando a divisão do trabalho e o consequente crescimento do pequeno comércio,

da classe média profissional ou burocrática, dos primeiros núcleos operários. A empresa agrícola de base escravista fizera bairar a proporção entre habitantes da capital e do interior, em favor dos últimos. Segundo o censo de 1872, 3,7% da população da província morava na capital, enquanto 11,6% aí viviam em 1816. No fim do século, a capital já concentrava 10,5% da população do estado, índice que chegou a 12,9%, em 1920.¹¹

Em meados da última década do século XIX, a cidade de São Paulo contava com 121 estabelecimentos que se utilizavam de energia mecânica, dos quais 52 eram realmente industriais. A referência aos ramos mostra a vinculação das empresas com as necessidades de consumo ou sua conexão com o setor de serviços: dentre os onze estabelecimentos que empregavam mais de cem operários, havia três fiação, uma fábrica de cerveja, três fábricas de chapéus, uma fábrica de fósforos, uma fundição e duas oficinas ferroviárias.¹² Nessa época, começaram a surgir os bairros operários, local de instalação de fábricas e moradia de trabalhadores. A cidade se implantara no interior de um maciço, cercado de planícies varzianas e insalubres, sujeitas às inundações do Tamanduateí e do Tietê. Essas planícies foram se integrando ao núcleo urbano, à medida que iam sendo atravessadas pelas estradas de ferro — a Inglesia, a São Paulo-Rio de Janeiro, a Sorocabana. O baixo preço dos terrenos e a proximidade das estações ferroviárias atraíam as novas indústrias e muitos dos imigrantes recém-chegados para o Brás, o Bom Retiro, a Mooca. O processo de formação dos bairros, em função da constituição da sociedade de classes, é simétrico: enquanto a massa de imigrantes se concentra nas várzeas, bordando as faces sul e leste do maciço paulistano, vão surgindo neste os bairros residenciais que sobem as encostas em busca de terrenos altos e saudáveis (Higienópolis) até atingir o alto espião, onde se abre a avenida Paulista.

De um lado, delineia-se um ininterrupto suceder de pequenas habitações

quase sempre térreas e sem nenhum jardim à frente, geralmente geminadas (duas a duas, quatro a quatro), todas mais ou menos iguais, de estilo pobre ou indefinível. Estendem-se assim, em sua monotonia e em sua humildade, em filas intermináveis, que chegam a ocupar quarteirões inteiros. No meio delas, porém, surge de quando em vez a pesada e característica fachada de uma fábrica ou, então, pequenas oficinas ou fabriquetas.¹³

Do outro lado, residência e trabalho estão separados, a triste uniformidade desaparece, despontando as construções onde se reúnem

desde a pureza de uma frontaria fria à normanda, dos arabescos sinuosos e ilógicos da arte nova, até o risonho “cottage” inglês, do pontiagudo dos chalés da neve aos alpendrados espanhóis, às cúpulas e minaretes orientais, às varandas cobertas do norte, às vilas graciosas da Itália, às galerias do Renascimento, ao exagero do barroco ou do plateresco, ao rústico suíço, até a horrível simetria esburacada do estilo pombalino, pesado e bruto.¹⁴

Procurei lembrar, em linhas muito gerais, como o primeiro surto industrial do Brasil surgiu a partir do desenvolvimento do capitalismo de base agrária, na região Centro-Sul. Apesar das grandes transformações regionais operadas por esse desenvolvimento, o raio de sua ação, no sentido de diversificar a estrutura social do conjunto do país, foi como se sabe bastante limitado (tabela 1.1). A concentração da maioria absoluta da população nas atividades agrícolas não só permanece ao longo do período, como se torna mais acentuada. Os números relativos à indústria

e aos serviços revelam o avanço das atividades industriais, a partir da base incipiente de 1872, devendo-se considerar que aí estão englobadas tanto as atividades fabris como as artesanais. Por sua vez, a queda do setor de serviços, à primeira vista surpreendente, se deve à grande diminuição de empregados domésticos, com direta influência no cômputo total, não obstante a expansão dos serviços de transporte, comércio em geral, servidores públicos, profissionais liberais.¹⁵

TABELA 1.1
BRASIL POPULAÇÃO OCUPADA (EM MILHARES)

SETORES	Total = 100		
	1872 %	1900 %	1920 %
1. Agricultura	3671 = 64,1	5071 = 53,4	6377 = 69,7
2. Indústria	282 = 4,9	321 = 3,4	1264 = 13,8
3. Serviços	1773 = 31,0	4111 = 43,2	1509 = 16,5
Total	5726 = 100	9503 = 100	9150 = 100

FONTE: Extraído de Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1943*. Rio de Janeiro: IPEA/Inpes, 1973.

Localizou-se assim no campo a maioria dos setores econômica e socialmente dominados, em todo o período de predominância do polo agrário-exportador e mesmo em época posterior. Aí não surgiram porém movimentos de vulto, cujas características ultrapassassem os limites pré-políticos. As explosões rurais desse tipo ocorreram aliás fora da região que constituía o eixo básico da formação social. Nas grandes fazendas de café do estado de São Paulo, a insatisfação do proletariado rural exprimiu-se de forma semelhante às do meio urbano, mas a possibilidade de manifestá-la foi bastante limitada. As condições específicas do

meio rural dificultaram ao extremo a organização dos trabalhadores e a eclosão de greves. A massa de imigrantes, introduzida em terra estranha, dispersou-se por fazendas isoladas, impossibilitando contatos que reforçassem a tomada de consciência de uma condição comum e o esboço de uma ação reivindicatória. No interior da fazenda, o fazendeiro detinha poderes absolutos, além de dominar as instituições do estado (polícia, magistratura), colocadas a seu serviço. Era fácil também isolar os portadores do bacilo radical, pela simples proibição da entrada de elementos estranhos. Não por acaso a única greve rural de grande vulto no estado, entre 1870-1914, ocorreu na zona de Ribeirão Preto (abril de 1913) próxima a um centro urbano e onde havia significativo grau de concentração de trabalhadores.¹⁶

Não obstante os vários fatores que entravaram a formação de um movimento operário, a cidade reuniu os requisitos mínimos para seu surgimento. Existia aí um quadro objetivo de exploração que podia ser interiorizado coletivamente, dada a facilidade de contatos; os ideólogos revolucionários e organizadores, apesar das restrições a sua atividade, não eram, no meio urbano, um peixe estranho. Desse modo, embora o núcleo estrutural da economia residisse no campo, o conflito social concentrou-se nos setores secundário e de serviços. O primeiro tinha pequena importância do ponto de vista econômico, enquanto o segundo era estrategicamente relevante para o desempenho do núcleo estrutural.

A restrição do movimento social das camadas dominadas em grande medida aos centros urbanos representou um sério limite. É certo que as reivindicações ganharam ressonância ao se produzirem em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, que, em grau variável, desempenhavam um relevante papel político, comercial e administrativo. Mas, como o peso da urbanização era relativo e não só o eixo básico da economia como a fonte de poder das oligarquias se encontravam fundamentalmente no

campo, a massa urbana dominada ficava ilhada nos muros ideais da cidade, com escassas condições de alterar a correlação de forças entre as classes.

Duas outras determinações estruturais devem ser levadas em conta no primeiro período de formação da classe operária. Uma diz respeito às condições de oferta do mercado de trabalho; outra, à composição étnica da classe, com predominância de estrangeiros.

Uma discussão rigorosa acerca da oferta da força de trabalho constitui todo um programa de pesquisa, e sua abordagem em algumas linhas pretende ser apenas indicativa. Os autores que vêm se dedicando ao estudo da marginalidade urbana, a partir de perspectivas diversas, têm concordado em distinguir dois momentos históricos no processo de acumulação capitalista, no que diz respeito à absorção de mão de obra. Como assinala Lúcio Ko-warick,¹⁷ a primeira fase de industrialização tinha sua dinâmica de crescimento alicerçada fundamentalmente na incorporação cada vez maior de volume de trabalho, enquanto as inovações tecnológicas e a racionalização dos processos produtivos desempenhavam papel secundário. Por outro lado, boa parte da população estava fixada de forma até certo ponto estável nas atividades agrícolas e os migrantes encontravam condições de se inserir no sistema urbano de trabalho:

a própria oferta de mão de obra industrial não podia ainda ser excessiva para as necessidades da produção industrial crescente, se é levado em consideração que o grosso da população estava incorporado às atividades agroextrativas estáveis, não obstante seu relativo estancamento, e as condições socioculturais inerentes às sociedades destes países (latino-americanos) neste primeiro período antes dificultavam, que estimulavam, o desenraizamento maciço e violento da mão de obra dos setores primários.¹⁸

Em um segundo momento, caracterizado por um tipo de dependência estruturalmente diverso de período anterior, dois fenômenos produzem a crescente disparidade entre a oferta de força de trabalho e sua absorção no sistema industrial: de um lado, sob o impacto da industrialização, parte do setor agrícola se moderniza e passa a liberar mão de obra; de outro, a grande indústria se expande com altas densidades de capital que passam a utilizar maior proporção de capital constante em relação ao variável.

A distinção entre dois tipos históricos de acumulação capitalista, assim como de dependência entre a periferia e o centro, é bastante clara, mas caberia indagar se, ao menos no caso brasileiro, ocorreu a relativa adequação entre oferta de mão de obra e crescimento industrial, no primeiro momento descrito. Os dados existentes apontam em sentido negativo, ainda que a desproporção tenha outra natureza e vulto no momento posterior.

Um primeiro indício muito genérico, pois se refere ao país como um todo, encontra-se nos cálculos efetuados por Villela e Suzigan acerca da população ocupada e da população economicamente ativa segundo os quais as proporções seriam de 74,7% em 1872 e 42,6% em 1920. O número de pessoas ocupadas passou, entre 1872 e 1920, de 5 726 000 para 9 150 000, com um crescimento de 59,8%, enquanto o número de pessoas na faixa de idade economicamente ativa subiu de 5 999 000 para 16 257 000, com um crescimento de 171%.¹⁹

Para os fins desta discussão, é importante analisar as condições de oferta de força de trabalho urbano em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a questão se liga diretamente à forma pela qual se resolveu o problema da força de trabalho na empresa agrícola cafeeira, com a vinda das grandes levas de imigrantes, no interior de um quadro cujas linhas gerais têm pouco a ver com uma incorporação estável da população nessa atividade agrícola. O suprimento de trabalhadores sobretudo até os primeiros anos

do século XX foi abundante em razão de três fatores: a crise crônica no campo, em várias regiões da Itália; o fato de que a imigração para o estado de São Paulo foi em larga medida subsidiada, permitindo aos fazendeiros adequar a oferta a seus interesses; a consciência cristalina desses interesses por parte da burguesia do café. As análises de Michael M. Hall mostram como ao longo de todo o período em que a imigração estrangeira para as fazendas foi a fonte essencial de mão de obra não ocorreu “falta de braços”, mas com frequência uma grande e calculada oferta de trabalho. Por exemplo, em 1897 o secretário da Agricultura se referia à existência de um “excesso de trabalhadores” no estado. No entanto, o governo estava providenciando a vinda de mais 60 mil imigrantes nos meses seguintes e, dois anos após, aquela autoridade aludia a um acentuado declínio no salário rural como consequência da contínua chegada de trabalhadores. Para cuidar de uma produção média anual de 10 milhões de sacas de café (1910-4) eram necessárias cerca de 300 mil pessoas, enquanto pelo menos 750 mil trabalhadores entraram no estado depois de 1884, em sua esmagadora maioria com destino ao campo.²⁰

Embora faltem dados da migração rural-urbana da época, é bastante plausível a hipótese de que uma parcela significativa dessa sobrepopulação se transferiu para os centros urbanos, tendo em conta as fases de depressão do setor cafeeiro e as dificuldades de acesso à propriedade da terra. Por certo, houve muitas alternativas para a inserção no conjunto de atividades que a capital do estado em especial estava desenvolvendo. Mas os indícios da formação de um exército industrial de reserva, previamente a um momento de decisiva arrancada da industrialização da cidade, são bastante claros. Assim, quando São Paulo iniciou essa arrançada, a partir de 1905 aproximadamente, não se registrou nenhuma crise de mão de obra, o que de resto favoreceu o processo de acumulação. É tentadora a hipótese de que na própria cidade

tinha se criado um reservatório de força de trabalho, expulsa do campo tanto pelo processo geral descrito como por seu agravamento, com a crise da cafeicultura iniciada em fins do século.²¹

Em suma, o setor cafeiro desempenhou, a partir de sua própria lógica, um papel fundamental na oferta de mão de obra urbana, através de seu movimento cíclico. Como observa Wilson Cano, ao promover na expansão um fluxo imigratório que excedia suas próprias necessidades, proporcionava um excedente de trabalhadores para as cidades. Na crise, não restava alternativa aos trabalhadores do café senão emigrar para os núcleos urbanos, pois os outros complexos exportadores eram incapazes de absorvê-los.²²

Por caminhos até certo ponto diversos, o Rio de Janeiro também reuniu contingentes de população em proporção superior às limitadas necessidades do setor industrial e dos serviços. O elemento mais relevante é a atração exercida pela capital da República nos migrantes internos de todo o país. Nos anos de desagregação do sistema escravista, parece ter ocorrido um fenômeno distinto do verificado em São Paulo, onde ao que tudo indica a Abolição não provocou um grande fluxo de negros do campo para a cidade, havendo mesmo referências a um retorno de certo vulto de antigos escravos do estado de São Paulo para regiões do Norte, de onde haviam sido arrancados em decorrência do tráfico interno.²³ O fato se explica, aliás, entre outras razões, pela avassaladora presença dos imigrantes externos e seu preenchimento das melhores oportunidades ocupacionais. No Rio de Janeiro, os dados revelam ao contrário um considerável afluxo de migrantes internos. Um importante contingente deve ter sido o dos antigos escravos que abandonaram a região fluminense em decadênci. Entre 1890-1900, a migração líquida interna de nacionais alcançou a cifra de 85 547 pessoas, sendo significativo observar que, no mesmo período, o estado do Rio apresentou uma migração

interna líquida de nacionais negativa, de -84 280 pessoas. A própria corte continha uma ponderável parcela de escravos, nos anos prévios à Abolição: em 1872, para uma população total de 274 972 habitantes, o número de escravos ascendia a 48 939, ou seja, cerca de 18% da população.²⁴

As indicações existentes permitem distinguir o significado diverso do antigo agrupamento escravo em São Paulo e no Rio de Janeiro, do ponto de vista ocupacional. No primeiro caso, sua inserção no sistema socioeconômico se dá no terciário de mínima produtividade, constituindo o que se tem denominado “mão de obra sobrante”; no segundo, tem funções de um exército industrial de reserva,²⁵ como revela sua contribuição até certo ponto expressiva nas atividades manufatureiras (tabela 1.2):

TABELA 1.2
RIO DE JANEIRO 1890
POPULAÇÃO EMPREGADA NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA E
POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO A COR

INDÚSTRIA	MANUFATUREIRA	POPULAÇÃO TOTAL	
		HOMENS	MULHERES
Brancos	33 941 = 69,8	200 049	127 740
Pretos	4362 = 8,9	29 530	35 008
Caboclos	759 = 1,6	8830	8615
Mestiços	9599 = 19,7	55 248	57 631
Total	48 661 = 100	293 657	228 994

FONTE: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria-Geral de Estatística. *Recenseamento de 1890. Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1895. Não há distinção entre patrões e operários.

A importância das migrações internas — até 1920 a capital da República atraiu maior volume de migrantes dessa origem do que todo o estado de São Paulo, tanto em termos absolutos

como relativos — não pode obscurecer o fato de que a entrada de estrangeiros pelo porto do Rio de Janeiro manteve sempre um fluxo significativo. Infelizmente, não há dados que permitam comparar o Rio de Janeiro com outras cidades, mas apenas com estados. Entre 1890-1900, a cidade recebeu uma imigração líquida de 70 298 estrangeiros, superada apenas pelos estados de São Paulo (412 297) e Rio Grande do Sul (108 771); entre 1900-20, o total chegou a 88 590 pessoas, somente inferior ao estado de São Paulo, com a cifra de 274 250.²⁶

Por certo, é necessário esclarecer qual o destino na estrutura ocupacional do Rio de Janeiro dos contingentes que para aí se deslocaram ao longo do período, a fim de compreender o alcance da oferta de força de trabalho. Uma indicação de sua grande amplitude se encontra na proporção entre população economicamente ativa e população ocupada; outra, no peso dos serviços domésticos no setor terciário, na medida em que se trata de elementos em disponibilidade, não integrados no processo de acumulação de capital como ocorre com outros segmentos ligados à circulação de mercadorias. Os dados da tabela 1.3, com todas as ressalvas, são reveladores:

TABELA 1.3
RIO DE JANEIRO
EMPREGADOS DOMÉSTICOS E PARTICIPAÇÃO NO SETOR TERCIÁRIO

	%
1890	46,9
1906	48
1920	24,6

FONTES: Censos nacionais de 1890 e 1920. Censo do Distrito Federal de 1906. A proporção que se pode a rigor levar em conta é a de 1920. Além de outros erros, os censos de 1890 e 1906 confundiram serviços domésticos remunerados e donas de casa.

Por impressionista que seja o quadro esboçado, aponta para a existência de uma abundante oferta de força de trabalho nos centros urbanos, ao longo do período que se está considerando.²⁷ Essa determinação estrutural contribuiu permanentemente para deprimir salários e reduzir o alcance das lutas operárias por melhores condições de existência. Do ponto de vista organizatório, as possibilidades restritas dos sindicatos de minorias, no sentido de alcançar êxitos palpáveis, tiveram um papel de relevo na enorme dificuldade que encontraram para se converter em órgãos representativos de grandes camadas da população trabalhadora.

Pareceria à primeira vista excessiva a ênfase na análise da oferta de força de trabalho — um dos elementos de formação de seu preço — sem considerar a categoria básica do valor, correspondente ao custo de reprodução. Cabe, porém, lembrar que, no período considerado, a oferta em larga escala, em graus variáveis, constitui uma determinação permanente com reflexos diretos na formação do preço. Além disso, ao contrário do valor, ela não é uma categoria abstrata, mas um elemento material visível. Nesse sentido, atua negativamente no nível da consciência operária para desalentar mobilizações e se torna um recurso recorrente, utilizado pelos empresários, em inúmeras greves do período.

Com essa ressalva, o problema do valor da força de trabalho ganha relevância sobretudo quando é feita uma análise comparativa entre São Paulo e o Rio de Janeiro, lançada pela primeira vez por Wilson Cano. Tomando os dados de 1919, esse autor observa que a indústria carioca era obrigada a pagar a maior taxa média de salário do país, sendo a relação entre o total de salários e o valor da transformação industrial de 34% no Rio de Janeiro, 26% em São Paulo e 27% para a média brasileira. Como a produtividade industrial (valor de transformação

industrial/operário) em 1919 era inferior à de São Paulo, isso importa em dizer que a indústria carioca era menos competitiva do que a paulista.²⁸

Cano acredita, com boas razões, que o motivo principal da maior taxa de salário no Rio de Janeiro residia no elevado preço do custo de alimentação da mão de obra local, por força da inexistência de agricultura local e da precariedade agrícola da região fluminense. Isso significa, obviamente, que do diferencial de salários não se pode extrair afirmativa alguma de melhores condições de vida dos trabalhadores do Rio de Janeiro com relação aos de São Paulo. Mas, para os fins das possibilidades de barganha dos trabalhadores, pareceria estarem os de São Paulo mais bem colocados, pois as vantagens comparativas dos empresários (menor valor da força de trabalho, maior produtividade) abririam algum campo às concessões. Entretanto, por dois motivos básicos isso não ocorreu: de um lado, por causa da já analisada oferta abundante de força de trabalho talvez em maiores proporções do que na capital da República; de outro, devido ao tipo de padrão dominante nas relações diretas de classe e no aparelho de Estado.

A segunda determinação estrutural apontada — composição étnica da classe operária em formação — não pode ser apreendida apenas de modo negativo, pois incidiu contradiatoriamente no comportamento operário em geral e nas concepções ideológicas dos setores organizados da classe.

Começo por uma menção ao peso quantitativo representado pela força de trabalho estrangeira, no período 1890-1920, através de dados meramente aproximativos. De acordo com o censo de 1893 da capital de São Paulo, os estrangeiros constituíam 54,6% da população total e uma proporção ainda maior da população ocupada (tabela 1.4).

TABELA 1.4
SÃO PAULO (CAPITAL)
ESTRUTURA OCUPACIONAL — 1893

SETORES OU RAMOS	ESTRANGEIROS %	NACIONAIS %	TOTAL
Indústria manufatureira	2893 = 79	774 = 21	3667
Indústria artística	8760 = 85,5	1481 = 14,4	10 241
Transportes e conexos	8527 = 81	1998 = 18,9	10 525
Comércio	6776 = 71,6	2680 = 28,3	9546
Administração pública, sacerdócio e profissões liberais*	330 = 13,5*	2110 = 86,5	2551
Banqueiros, capitalistas e proprietários	267 = 29	651 = 71	918
Serviços domésticos	8226 = 58,3	5879 = 41,6	14 104
Atividade agropastoril**	783 = 31,8**	1673 = 68,1	2483
Sem profissão declarada	360 = 70,7	149 = 29,2	509
Diversos	—		86
Total	36 992 = 68	17 394 = 32	54 540

FONTE: Relatório apresentado ao cidadão dr. Cesário Motta Jr., secretário dos Negócios do Interior do estado de São Paulo, pelo diretor da Repartição da Estatística e Arquivo, dr. Antônio de Toledo Piza, Rio de Janeiro, 31/07/1894.

* As cifras totais não coincidem com a discriminação entre nacionais e estrangeiros por terem sido excluídos os farmacêuticos (96) e os enfermeiros (15), sobre os quais não há discriminação.

** Idem, por exclusão de atividades pecuárias (27). Não é possível distinguir o que constitui a força de trabalho. Na indústria manufatureira, estão presumivelmente reunidos empresários, mestres e operários. Não se distingue também entre comerciantes e comerciários etc. A vaga expressão “indústria artística” parece abranger categorias díspares: artesãos em geral, empresários e operários da construção civil, gráficos, músicos. Estão excluídos menores de catorze anos e donas de casa. Entre os “sem profissão declarada”, incluem-se as prostitutas.